



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 94, DE 2018

(nº 544/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 544

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão.

Os méritos da Senhora Patrícia Maria Oliveira Lima que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de outubro de 2018.

Brasília, 19 de Setembro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA**, ministra de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sudão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 467 - C. Civil.

Em 2 de outubro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA

CPF: 296.478.861-87

ID: 10116 MRE

1964 Filha de José Francisco de Lima e de Helena Maria de Oliveira Lima, nasce no Rio de Janeiro.

Dados Acadêmicos:

1986	Licenciatura em História, Universidade de Brasília
1988	Bacharelado em História, Universidade de Brasília
1989	Especialização em História das Relações Exteriores do Brasil, Universidade de Brasília
2014	LIX CAE, A Diplomacia Brasileira e a Gestão de Oportunidades no Sudão
2017	MBA em Gestão de Comércio Exterior e Negócios Internacionais, Fundação Getúlio Vargas (em desenvolvimento)
2018	Gestão Estratégica, Especialização, Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAD)

Cargos:

1989	Terceira-secretária
1996	Segunda-secretária
2004	Primeira-secretária, por merecimento
2008	Conselheira, por merecimento
2014	Ministra de segunda classe, por merecimento

Funções:

1991-94	Divisão de Imigração, Assistente
1994-95	Embaixada em Moscou, terceira-secretária
1995-97	Embaixada em Manágua, terceira e segunda-secretária
1997-00	Consulado-Geral em Santiago, Cônsul-Adjunta
2000-02	Embaixada em Lima, segunda-secretária
2002	Coordenação-Geral de Modernização e Planejamento Administrativo, Assistente
2002-03	Departamento Cultural, Assessora
2003	Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais, Coordenadora-Assistente
2003-2006	Chefe da Assessoria Internacional, Controladoria-Geral da União, Presidência da República
2006-07	Departamento de Direitos Humanos, Assessora
2007	Chefe, substituta, da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional
2007-09	Departamento de Estrangeiros, Coordenadora
2008	Missão Transitória em Conacri
2009-11	Embaixada em Lima, Conselheira
2011-2014	Departamento da África, Assessora Técnica
2011	Missão Transitória em Cartum
2012	Missão Transitória em Cartum
2014-17	Embaixada no Kuaite, Conselheira e Ministra
2017	Chefe da Divisão de Seguimento de Cúpulas
2018	Grupo de Assistência Operacional e Administrativa (GAOA)

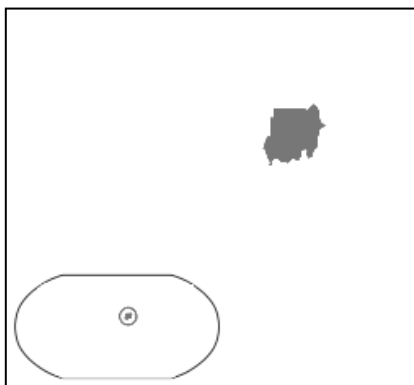
Condecorações:

2000	Medalha "Amigo da Marinha", Lima, Peru
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro

ALEXANDRE VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO SUDÃO



INFORMAÇÃO PARA O SENADO FEDERAL OSTENSIVO *Setembro de 2018*

DADOS BÁSICOS SOBRE SUDÃO

NOME OFICIAL	República do Sudão
GENTÍLICO	Sudanês(a)
CAPITAL	Cartum
ÁREA	1 861 484 km²
POPULAÇÃO (CIA, 2017)	37 345 935 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Árabe (oficial); Inglês (oficial); mais de 500 dialetos em toda a nação.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (97%), maioria Sunita; Cristianismo (1,5%), crenças africanas tradicionais (1,5%).
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral – Conselho dos Estados ou Majlis al-Wilayat (câmara alta, com 50 assentos escolhidos indiretamente pelas assembleias estaduais por período de 6 anos) e Assembleia Nacional ou Majlis Watani (câmara baixa, com 426 assentos, dos quais 213 eleitos diretamente, 128 cadeiras reservadas a mulheres, 85 eleitos diretamente por voto proporcional)
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO	Omar Hassan Al-Bashir (desde 1989)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Awad Al Jaz (desde abr/2018)
PIB NOMINAL (FMI, 2017)	US\$ 119 bilhões
PIB PPP (FMI, 2017)	US\$ 186.8 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (BIRD)	4,3% (2017); 4,7% (2016); 4,9% (2015); 2,7% (2014)
PIB PER CAPITA (FMI, 2017)	US\$ 3.186
PIB PER CAPITA PPP (FMI, 2017)	US\$ 4.600
IDH (2015)	0,490/165º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (CIA, 2018)	64,4 anos
ALFABETIZAÇÃO (CIA, 2018)	75,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (CIA, 2018)	20%
UNIDADE MONETÁRIA	Libra Sudanesa
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Abdelmoniem Ahmed Alamin Alhussain (desde 29/08/17)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Cerca de 20

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MILHÕES F.O.B) – FONTE: MDIC

BRASIL SUDÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (jan-jun)
Intercâmbio	51,1	97,2	100,5	96,8	81,9	53,8	17,3	24,8	31,47	42,7	5,62
Exportações	50,8	97,2	100,5	96,7	81,8	53,6	16,9	23,4	30,4	42,1	5,6
Importações	0,3	0,05	0,04	0,06	0,13	0,2	0,4	1,4	1,07	0,6	0,02
Saldo	50,5	97,2	100,5	96,6	81,7	53,4	16,5	22,0	29,33	41,5	5,58

Informação elaborada em 31/07/2018, por OS Augusto Leite. Revisado por Min. Paulo Cypriano, em 31/07/2018

APRESENTAÇÃO

Terceiro país mais extenso da África e umas das dez maiores economias do continente, o Sudão está situado na interseção da África subsaariana e do mundo árabe, em região tradicionalmente conturbada. No plano político interno, desde a independência (1956), o conflito entre as regiões norte e sul do país dominou a agenda sudanesa. No domínio econômico, a secessão do sul, em 9/7/2011, impôs ao país dificuldades econômicas que o levaram a buscar, com particular intensidade, a diversificação de sua matriz produtiva e a atração de investimentos externos. A separação do Sudão do Sul, que concentrava cerca de 75% das reservas exploradas do país, resultou na perda de grande parte da renda derivada do petróleo, a qual respondia por mais da metade da receita orçamentária do governo em Cartum e cerca de 95% do valor das exportações sudanesas.

Entre os desafios enfrentados pelo governo sudanês, para reestruturar e revitalizar sua economia, destaca-se o de superar o relativo isolamento internacional em que o país se encontra a partir de meados da década de 1990, quando o Sudão foi acusado de dar abrigo a terroristas e de esboçar planos de deflagrar, a partir de seu território, revolução islâmica no exterior. Em decorrência, os EUA impuseram ao Sudão sanções econômicas unilaterais em 1997. Contudo, a moderação política e religiosa, bem como a cooperação prestada em questões de contraterrorismo em anos mais recentes, entre outros fatores, levaram ao levantamento das sanções unilaterais norte-americanas em 2017 e à gradativa normalização das relações econômicas e comerciais internacionais do país. Em seus esforços de cooperação econômica, o Sudão também conta com possibilidades de financiamentos crescentes de países do Golfo, dos quais tem promovido aproximação política.

No curto prazo, o Sudão deverá manter como prioridade a estabilização da economia. Para o longo prazo, a tendência é de que o governo sudanês invista no desenvolvimento da infraestrutura nacional e, especialmente, no setor agrícola, responsável, atualmente, pela maior parte das exportações do país. O Sudão possui, possivelmente, o maior potencial agrícola, bem como uma das maiores reservas de ouro do continente africano, entre outros importantes recursos naturais. Nos três últimos anos, de 2015 a 2017, o país manteve o índice de crescimento econômico acima dos 4%. A expectativa governamental é de conferir maior dinamismo ao desenvolvimento econômico, como pretendem reformas macroeconômicas anunciadas no início de 2018.

No âmbito internacional, a política externa sudanesa tem-se pautado, em boa medida, pelo processo de paz em relação ao Sudão do Sul, no qual Cartum tem desempenhado papel considerado positivo, e pelos focos de conflito internos com implicações para a política exterior do país (Darfur, Cordofão do Sul e Nilo Azul). Ademais, o governo sudanês tem buscado aproximar-se dos países do Golfo, da Índia e da China, que têm atuado como financiadores dos déficits no balanço de pagamentos sudanês, bem como promover a plena normalização das relações com os EUA e outras potências ocidentais.

No plano bilateral, embora possuam histórico recente, as relações têm evoluído a bom termo. O histórico de investimentos brasileiros no setor agrícola, o perdão de 90% da dívida sudanesa (2013) e o lançamento de projetos de cooperação técnica bilateral no domínio da cana-de-açúcar – e, proximamente, do algodão – são marcos do relacionamento recente. A parceria entre os dois países no setor da agricultura tem-se mostrado particularmente promissora, uma vez que o Sudão tem investido na modernização de seu potencial agrícola, considerado um dos maiores do continente africano. Por outro lado, a normalização paulatina da vida econômica e financeira do país, com o fim das sanções econômicas norte-americanas, deverá contribuir para a dinamização dessa e de outras vertentes do relacionamento bilateral.

PERFIL BIOGRÁFICO



OMAR HASSAN AHMED AL-BASHIR

Presidente da República do Sudão

Al-Bashir nasceu em Hosh Bannaga, em 1944. É militar de carreira, estudou em academia militar no Egito e lutou ao lado do exército egípcio contra Israel em 1973. Foi adido militar nos Emirados Árabes e, mais tarde, ministro da Defesa do Sudão. Liderou a campanha militar contra o Exército Popular de Libertação do Sudão, na parcela sul do país.

Esteve à frente do movimento revolucionário de 1989, apoiado pela Frente Nacional Islâmica, que derrubou o presidente Sadek al-Mahdi, quando se converteu em diretor do Conselho Revolucionário para a Salvação Nacional, ocasião em que assumiu, simultaneamente, os postos de chefe de estado, primeiro-ministro, chefe das Forças Armadas e ministro da Defesa. Foi eleito em 1996 e reeleito sucessivamente desde então.

Em 2005, assinou o Acordo Abrangente de Paz (AAP), que pôs fim a décadas de conflito com o Movimento/Exército Sudanês de Libertação Nacional (SPLM/A) e previu a realização do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul.

Em 2009 e 2010, o Tribunal Penal Internacional (TPI) expediu mandados de prisão contra o Presidente Al-Bashir, sob acusação de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, que teriam supostamente sido cometidos em campanha de contra-insurgência em Darfur.

RELAÇÕES BILATERAIS

Apesar de Brasil e Sudão terem estabelecido relações diplomáticas em 1968, o relacionamento bilateral adquiriu maior relevância somente a partir de meados dos anos 2000. Os longos conflitos civis entre o norte e o sul do país (1955-1972 e 1983-2005) constituíram, em certa medida, entrave ao estreitamento de laços. A paz alcançada em 2005, pela conclusão do chamado Acordo Abrangente de Paz (AAP) entre o norte e o sul, contribuiu para a intensificação do movimento de aproximação brasileiro-sudanês. Em 2004, o Sudão abriu embaixada residente em Brasília, a primeira daquele país na América do Sul. Em 2006, o Brasil, em reciprocidade, inaugurou embaixada residente em Cartum.

O Sudão identifica no Brasil parceiro privilegiado, capaz de contribuir para o desenvolvimento de setores-chave da economia do país, em especial da agricultura, e para a necessária diversificação da matriz produtiva sudanesa. Para Cartum, que até recentemente convivia com cenário de relativo isolamento internacional, o Brasil tende a ser encarado de forma semelhante a Índia, China, África do Sul e Turquia, atores relevantes no cenário internacional, mas que não impõem termos condicionantes para o desenvolvimento do relacionamento bilateral.

Desde 2010, tem-se registrado significativo número de visitas de autoridades sudanesas de alto-nível ao Brasil. Destacam-se, dentre outras, duas visitas do então chanceler Ali Kharti (2010 e 2013), duas visitas do ministro do Petróleo Awad Al-Jaz (2011 e 2014), duas visitas do ministro da Agricultura (2013 e 2015) e uma visita do ministro das Finanças (2015). Em março de 2017, a ministra do Bem-Estar e da Seguridade Social, Mashair Ahmed Elamin Abdalla, realizou visita ao Brasil, quando manteve encontro com o então ministro Osmar Terra. Na ocasião, a ministra sudanesa propôs que ambos os países negociassem memorando de entendimento na área do desenvolvimento social e formulou convite para seu homólogo visitar Cartum.

Em seguimento à visita da ministra Abdalla, o lado sudanês formalizou pedido de cooperação com o Centro de Excelência Programa Mundial de Alimentos em Brasília, na área de desenvolvimento social.

Importante marco das relações bilaterais foi o estabelecimento, em 2006, do mecanismo de consultas políticas Brasil-Sudão, em cujo âmbito foram realizadas reuniões em 2006, 2007, 2009, 2011, 2017 e 2018, de forma alternada, em Brasília e em Cartum. Durante a mais recente edição do mecanismo (VI Reunião de Consultas Políticas), ocorrida em Cartum, em abril de 2018, o lado sudanês apresentou suas demandas e expectativas de cooperação com o Brasil, em áreas como agricultura, desenvolvimento social, direitos humanos e educação, entre outras. As delegações avaliaram o projeto de cooperação na área da cana-de-açúcar, atualmente em curso, bem como as perspectivas de desenvolvimento de futuro projeto na área do algodão, em parceria com a ABC no âmbito do Projeto Apoio ao

Desenvolvimento do Setor Algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul, que financia as ações do Brasil para a África nessa esfera.

As partes reconheceram, ainda, a importância de que sejam concretizados novos investimentos brasileiros na área da agricultura no Sudão, possivelmente com financiamento de países do Golfo. O lado brasileiro também sublinhou a importância de serem concluídas as negociações de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI), cuja proposta foi entregue ao Sudão em 2017, durante a V Reunião de Consultas Políticas, em Brasília.

Agricultura

Diante da necessidade de diversificar a economia nacional, Cartum tem por objetivo estratégico transformar o país em potência agrícola africana. Condições climáticas e de solo favorecem a agricultura no Sudão, que poderá desempenhar papel relevante, como fornecedor, em seu entorno regional (África do norte e Golfo), onde a maior parte dos países é importadora líquida de alimentos.

A área agricultável do país, calculada em cerca de 80 milhões de hectares, é comparável à área plantada brasileira na atualidade. Segundo autoridades sudanesas, o caminho para modernizar a agricultura passaria inevitavelmente pelo estreitamento dos laços com o Brasil. Há grande interesse em ampliar a cooperação bilateral nas áreas de pesquisa e treinamento de pessoal, entre outras. No setor privado, empresários brasileiros no campo agrícola são bem vistos no Sudão, não somente pela competência desenvolvida pelo Brasil na área de gerenciamento de projetos, mas também por procurarem contemplar, em suas iniciativas, a inclusão e o treinamento de mão-de-obra local.

Além disso, há histórico de parcerias com o setor privado brasileiro, no plantio de algodão e de outros cultivares. No âmbito do setor sucroalcooleiro, em 2009, a empresa sudanesa *Kenana Sugar Co.* adquiriu usina brasileira para produção de etanol (da empresa Dedini), que possibilitou o fornecimento, pelo setor privado do Brasil, de bens e serviços no setor.

Além da Dedini, que ainda mantém contrato de consultoria com a *Kenana Sugar Co.*, está presente no Sudão a empresa DATAGRO, que tem prestado consultoria à *White Nile Sugar Company*. O governo sudanês atribui grande relevância ao incremento da produção de biocombustíveis no país, como forma de diversificar sua matriz produtiva e energética, após a secessão do sul. Encontram-se mapeadas oportunidades de investimentos brasileiros no setor sucroalcooleiro sudanês que podem chegar a US\$ 180 milhões, segundo avaliação do APLA (Arranjo Produtivo Local do Alcool).

No plano da cooperação no setor sucroalcooleiro entre os dois governos, a pauta tem por eixo central o melhoramento da produção de cana de açúcar no país. Em seguimento a demanda originada em missão de prospecção da ABC realizada ainda em 2010, em agosto de 2017, foi iniciado o projeto reformulado de cooperação técnica de Apoio ao Setor

Sucroenergético do Sudão (*Improvement of Sugarcane Production in Sudan*, em inglês), promovido pela ABC, em parceria com a Universidade Federal de São Carlos. A iniciativa contempla os pressupostos da cooperação técnica sul-sul, preconizados pelo Brasil e tem estratégia de implementação centrada na execução de ciclo de capacitações, de curta duração, em temas diversos afetos à cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Solução da dívida sudanesa

Foi aprovado, pelo Senado Federal, em 15/5/2013, o reescalonamento da dívida oficial do país com o Brasil (foram perdoados 90% da dívida total, de US\$ 44 milhões). O montante restante foi amortizado em 12 parcelas mensais. A dívida sudanesa dificultava a obtenção de créditos para o financiamento de projetos implementados por empresas brasileiras. Com a quitação da dívida e o levantamento das sanções econômicas unilaterais norte-americanas ao Sudão, os fluxos financeiros podem agora ser mais facilmente retomados, o que tem o potencial de beneficiar setores produtivos brasileiros como o de maquinário e insumos agrícolas e de usinas de etanol, entre outros.

ASSUNTOS CONSULARES

Abertura de consulados

Em 2016, o governo brasileiro concedeu anuência à abertura do Consulado Honorário da República do Sudão em São Paulo-SP, com jurisdição sobre todo o estado de São Paulo. O senhor Mohamed Hussein El Zoghby, presidente da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil (FAMBRAS), foi indicado, pelo governo sudanês, cônsul honorário em São Paulo. Em 2017, o governo brasileiro também concedeu anuência para abertura do Consulado Honorário do Sudão no Rio de Janeiro, com jurisdição sobre todo o estado do Rio de Janeiro.

Comunidade brasileira

Estima-se em cerca de 20 nacionais a comunidade brasileira na República do Sudão. O Brasil não dispõe, no Sudão, de Consulados-Honorários ou Conselho de Cidadãos brasileiros. Não há notícia de nacionais brasileiros presos na jurisdição da embaixada em Cartum.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há, atualmente, registro de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano do Sudão (ver informação sobre a dívida sudanesa na página anterior).

HISTÓRICO

A história do Sudão, desde sua independência, em 1956, foi marcada, em grande medida, pelo conflito entre as regiões norte e sul do país. A origem dos conflitos encontra-se no histórico domínio exercido pelo norte, com população predominantemente árabe e muçulmana, sobre o sul subsaariano, povoado por centenas de etnias, com predomínio de religiões cristãs e animistas.

Mesmo após o otomano Mohamed Ali Pasha passar a controlar o Egito e o Sudão, em 1821, o condomínio turco-egípcio enfrentou dificuldades para impor governo sobre a região sul do Sudão, cuja estrutura social se caracteriza, até hoje, por abrigar múltiplos centros tribais de poder e imensa diversidade cultural e étnica. A integração do sul à economia egípcio-sudanesa deu-se pelo fornecimento de marfim, madeiras e, principalmente, escravos.

No decorrer do século XIX, traficantes árabes realizavam campanhas anuais de apresamento de sul-sudaneses, com significativo prejuízo para a estabilidade política e prosperidade material do sul do Sudão. A prática gerou forte sentimento anti-árabe junto à população sul-sudanesa. O foco da atenção dos administradores do Sudão sempre foi a região central do país, devido à grande fertilidade da área de confluência entre os rios Nilo Branco e Azul (que tornou possível o cultivo de algodão, então principal produto agrícola de exportação do país). Com exceção dessa região, o resto do amplo território sudanês permaneceu marginalizado e negligenciado.

As profundas diferenças culturais entre as regiões levaram o condomínio anglo-egípcio, que passou a governar o Sudão a partir de 1898, a optar por separar formalmente a administração do sul e do norte. Em 1946, quando os ingleses preparavam sua retirada do Sudão, as autoridades coloniais decidiram, à revelia dos sulistas, consolidar no norte a administração do sul.

A política interna sudanesa até a independência foi, assim, marcada pelo predomínio de elites islâmicas arabizadas do centro-norte do país, o que contribuiu para que as regiões sul, leste e oeste ficassem, em boa medida, excluídas da partilha de poder e riqueza dos sucessivos regimes.

Nesse contexto de profundas clivagens étnicas, políticas, culturais e econômicas entre o norte e o sul do Sudão, conformou-se cenário político conturbado, marcado por curtos períodos de estabilidade política e longos períodos de volatilidade interna.

PRIMEIRA GUERRA CIVIL SUDANESA (1955-1972)

Em 1º de janeiro de 1956, o Sudão alcançou a independência em relação ao condomínio anglo-egípcio. Mas antes mesmo de o país se tornar soberano, o temor sulista de dominação pelo norte e a busca por maior participação na vida política do país já haviam

degenerado em conflito aberto. Em agosto de 1955, enquanto Cartum concentrava esforços para islamizar o sul e integrá-lo ao norte, unidades sulistas do exército amotinaram-se contra sua transferência para quartéis comandados por oficiais do norte. Iniciou-se, assim, o conflito entre a insurgência do sul e Cartum, que perdurou até o final dos anos 1960. Estima-se que a primeira guerra civil sudanesa tenha resultado na morte de cerca de 500 mil pessoas.

Em 1969, golpe militar levou ao poder o coronel Jaafar al-Nimeiri (1969-1985). Naquele ano, os sul-sudaneses já controlavam a maior parte do atual Sudão do Sul. O novo governo desejava, como gesto inaugural, terminar o conflito, que consumia recursos e vidas. Em 1972, foi finalmente assinado acordo de paz com os rebeldes, então organizados sob o Movimento de Liberação do Sudão Meridional (SSLM, em inglês, precursor do SPLA/M). O acordo concedeu maior grau de autonomia à região (que seria governada como entidade única), incorporando indivíduos sulistas ao sistema político e integrando os rebeldes ao exército sudanês.

SEGUNDA GUERRA CIVIL SUDANESA (1983-2005)

Causas do Conflito

Durante o restante da década de 1970, o governo de Nimeiri buscou equilibrar-se entre pressões conflitantes advindas da necessidade, de um lado, de preservar a paz com o sul e, de outro, de administrar o ressentimento dos movimentos políticos islâmicos do norte, que interpretavam a celebração do acordo de paz como rendição.

No início dos anos 1980, a balança de poder passou a pender para o lado islamista. Sob pressão, Nimeiri redividiu o sul em três províncias e proclamou a "charia" como base do sistema legal sudanês. Segundo analistas, a decisão de dividir as províncias do sul tinha por objetivo enfraquecer a liderança única da região, para facilitar a exploração do petróleo, descoberto na região em 1979.

A luta pelo controle dos recursos naturais, a rejeição pelo papel preponderante da religião islâmica no estado e a luta pelo exercício da autodeterminação motivaram a retomada da guerra civil em 1983, pelo Exército Popular de Liberação do Sudão e seu braço político, o Movimento Popular de Liberação do Sudão (SPLA/M, no acrônimo em inglês). O movimento de rebelião militar sulista foi criado para lutar contra a exclusão do sul do Sudão dos processos de desenvolvimento econômico e participação política do país, exclusão que não logrou ser superada no interstício de onze anos de paz (1972-1983).

A escalada dos conflitos internos e a deterioração da situação econômica resultaram em novo golpe militar em 1985, com a destituição de Nimeiri e a nomeação de Sadiq Al-Mahdi para a presidência do país (1986-1989). Nesse período, o exército sudanês enfraqueceu-se, o que facilitou ao SPLA/M dominar quase todo o sul do Sudão. Em 1990, os rebeldes chegaram às portas de Juba e, inclusive, em algumas regiões do norte, como o Nilo Azul e as montanhas Nuba, no Cordofão do Sul, região onde permanecem, em certa medida,

até os dias de hoje, como o SPLM-facção norte, movimento que alega não mais manter vínculos com o SPLM do atual Sudão do Sul.

Governo Al-Bashir

Em meio ao conflito com o sul do Sudão, e incapaz de encontrar soluções para os grandes problemas do país, Mahdi foi deposto em 1989 pelo general Omar Hassan Ahmed Al-Bashir, da Frente Nacional Islâmica (NIF, em inglês), movimento islamista sunita. O novo mandatário suspendeu a Constituição e proscreeu todos os partidos políticos, exceto a NIF (o uni partidarismo prevaleceria até 2000). O governo Bashir promoveu amplas reformas no sistema legal e judicial do país, a fim de conformá-lo a uma determinada versão de islamismo político. Nesse período, houve confiscos de propriedades privadas. Cresceu a influência do fundamentalismo islâmico, sob o comando de Hassan Al-Turabi, ideólogo da Frente. Os anos em que a NIF esteve à frente do poder, (década de 1990), são considerados por analistas sudaneses como os de maior radicalismo islâmico.

O Sudão passou a ter participação ativa nos congressos pan-arabistas e pan-islamistas da década de 1990. No plano político, os desentendimentos pontuais entre os partidos nortistas (recorrentes desde a independência) foram praticamente eliminados após a tomada de poder pelo partido de Al-Bashir.

Com relação ao conflito com o sul, após o golpe de 1989, o governo lançou uma série de ofensivas militares contra a insurgência sulista, chegando a controlar boa parte do território rebelado. Contudo, com o alegado apoio de países da região, o SPLA/M e outras facções separatistas sul-sudanesas foram capazes de impor-se militarmente, reconquistando quase toda a região sul do país. Fortalecida, a guerrilha passou a constituir séria ameaça ao governo em Cartum.

Nova Constituição foi elaborada em 1996, ano em que também foram realizadas eleições presidenciais – vencidas pelo general Al-Bashir – e parlamentares. Em 1997, o governo iniciou conversações de paz com o SPLM e outros grupos rebeldes que se haviam formado no sul. Às rivalidades tradicionais, de cunho étnico e religioso, somava-se, ainda, a disputa pelos dividendos do petróleo (que passaria a ser explorado em maior escala a partir de 1999).

O Partido do Congresso Nacional

Em 1998, a Frente Nacional Islâmica foi transformada no “Partido do Congresso Nacional” (NCP, em inglês), que manteve a estrutura centralizada do Estado, mas suavizou, sobretudo no plano social, muitas das políticas da época de Turabi. A Constituição elaborada em 1996 entrou em vigor em julho de 1998, com separação de poderes e garantias de liberdade de associação, religião e pensamento.

Em 1999, contudo, conflito interno no seio do NCP levou o presidente Al-Bashir a declarar estado de emergência, dissolver o Parlamento e suspender direitos previstos na Constituição, inclusive aqueles relativos às estruturas de governo autônomo dos estados federados.

Em dezembro de 2000, foram realizadas eleições gerais, boicotadas pelos partidos de oposição. Al-Bashir reelegeu-se para novo mandato de cinco anos. O NCP ganhou 355 dos 360 assentos parlamentares e membros do partido mantiveram controle de cargos influentes no governo, nas Forças Armadas, no Judiciário, nas instituições acadêmicas e na mídia.

No campo econômico, o NCP passou a seguir a orientação do FMI a partir de 1997, e logrou estabilizar as contas nacionais do país. O Sudão obteve, assim, a partir de 1999, com o início da exportação, em grande quantidade, de petróleo, taxas de crescimento da ordem de 13%. Frente à necessidade de diversificação da sua base produtiva, o governo sudanês passou a buscar o que chegou a denominar de "revolução verde" – grandes projetos agrícolas com o objetivo de transformar o país em celeiro de alimentos.

O Acordo Abrangente de Paz

Sob os auspícios da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e com o apoio da *troika* formada por Estados Unidos, Reino Unido e Noruega, o processo de paz sudanês obteve progressos significativos.

O processo iniciado em 2002 culminou, em janeiro de 2005, com a assinatura do Acordo de Paz Abrangente (AAP) entre o governo do Sudão e o SPLM/A, liderado, então, por John Garang. O acordo, que abarcou todos os instrumentos anteriormente firmados, previa: a convocação de eleições gerais no Sudão; a formação de Governo de Unidade Nacional; a organização de referendo sobre o “status” do Sul do Sudão; o entendimento sobre as receitas advindas da exploração de petróleo; a realização de referendo sobre o "status" da região fronteiriça de Abyei (se a região continuaria vinculada ao Norte, com *status* administrativo especial, ou se passaria a ser parte do Sul); e a promoção de consultas populares no Cordofão do Sul e no Nilo Azul sobre a partilha de poder nesses estados.

O AAP previa, contudo, que as partes deveriam envidar esforços para que a opção pela unidade fosse atrativa aos sul-sudaneses.

Desde seu reinício, em 1983, até a assinatura do AAP, em 2005, estima-se que a guerra civil sudanesa tenha resultado na morte de mais de 2 milhões de pessoas e gerado 4,5 milhões de deslocados internos e refugiados.

As eleições nacionais de abril de 2010

As eleições gerais previstas no AAP foram realizadas em abril de 2010, em clima pacífico. Pelos resultados, o presidente Al-Bashir (NCP) foi confirmado no cargo, com 68% dos votos, e Salva Kiir (SPLM), com 93% dos votos, foi eleito presidente do governo do Sul

e passou, igualmente, a ocupar o cargo de vice-presidente no Governo de Unidade Nacional. No Parlamento em Cartum, o NCP angariou 72,5% dos assentos e o SPLM, 22,3%. No novo governo, dois dos ministérios foram ocupados por representantes de Darfur, nove do SPLM e o restante por membros do NCP.

Para o SPLM, mais relevante que as eleições gerais foi o pleito para o governo do sul do Sudão, por meio do qual se constituiu instância semiautônoma na região. O interesse em participar do Governo de Unidade Nacional seria instrumental, contudo, para garantir a realização do referendo sobre o *status* do sul do Sudão.

O indiciamento do Presidente Al-Bashir pelo TPI

A Promotoria do Tribunal Penal Internacional (TPI) abriu investigações sobre a situação em Darfur em junho de 2005 e, em 2008, solicitou a expedição de mandado de prisão contra o presidente Al-Bashir. Em julho de 2010, o TPI expediu novo mandado de prisão contra o presidente sudanês, dessa vez por crime de genocídio. Contudo, com o objetivo de contrarrestar as decisões do Tribunal, o Sudão tem obtido apoio, no plano regional, para manter inalterada, até agora, a tendência majoritariamente a seu favor por parte dos estados membros tanto da LEA quanto da UA.

Referendo de 9/11/2011 e independência do Sudão do Sul

Nos termos do AAP, foi realizado, em janeiro de 2011, de forma pacífica, referendo sobre o *status* do sul do Sudão, cujos resultados confirmaram, por ampla maioria, o desejo dos sul-sudaneses de separar-se do norte (98,83% dos votantes optaram pela secessão).

O presidente Al-Bashir, aceitou os resultados e promulgou decreto que confirmou o desfecho do referendo. Em 9 de julho de 2011, após período intermediário de 6 meses, estipulado pelo próprio AAP, foi emitida a declaração formal de independência do Sudão do Sul. Salva Kiir assumiu, então, a presidência do novo país. A cerimônia de independência contou com a presença do presidente Al-Bashir. O Sudão do Sul foi admitido como membro da ONU na semana seguinte (14/7/2011).

A secessão sul-sudanesa possuiu relevante caráter simbólico para a África. Foi o primeiro movimento endógeno de redefinição de fronteiras herdadas da era colonial ocorrido no continente, por meio do voto popular e com base em decisão mutuamente aceita.

PANORAMA RECENTE

Sob o impacto dos ventos da “Primavera Árabe” e da deterioração do quadro econômico, o presidente Bashir buscou promover a paulatina abertura do regime, ao mostrar maior propensão ao diálogo. Al-Bashir promoveu reforma ministerial, em fevereiro de 2012, e impôs medidas de restrição fiscal e de enxugamento da máquina pública, tendo em vista a

perda de receitas provenientes dos recursos petrolíferos, após a independência do Sudão do Sul.

Em abril de 2013, o governo anunciou anistia a todos os presos políticos e reiterou convite a todas as forças políticas para entendimento em torno de um projeto nacional, com vistas à eleição de 2015 e à elaboração de nova Constituição. A oposição reagiu aos gestos conciliadores com demandas de participação imediata nos destinos do governo. Todavia, por permanecer dividida internamente, não se mostrou hábil para expressar, de maneira efetiva, os desejos de parcelas da população descontentes com o quadro político e econômico.

O debate no âmbito governamental sudanês também foi intenso e levou o presidente a atuar como moderador. Distúrbios ocorridos em setembro de 2013, quando o preço da gasolina e do diesel foram majorados, em média 80%, por causa de cortes nos subsídios, demonstram as dificuldades do governo de conciliar austeridade orçamentária com acomodação de setores descontentes da sociedade e da vida política do país.

Logo no início de 2018, os preços dos alimentos básicos, dos combustíveis e serviços essenciais sofreram repentina majoração de até 300%, em razão de mudanças na taxa de câmbio oficial. O quadro econômico e social sudanês, que já se apresentava crítico desde a remoção de subsídios de produtos de primeira necessidade, como a farinha, os combustíveis e os medicamentos, ocorrida no final de 2016, foi agravado por influxo crescente de refugiados do Sudão do Sul e por surtos de cólera em diversas regiões do país, sobretudo na região meridional do país e em Darfur. Essa situação gerou descontentamento generalizado da população. Ocorreram, em jan/2018, diversas manifestações contra a carestia e escassez de alimentos básicos nos mercados, na capital e no interior, tendo sido reprimidas pelo governo.

Apesar das aparências, no entanto, 2017 foi positivo para as políticas interna e externa sudanesa. Na esfera interna, o país logrou reduzir os conflitos armados nas regiões sul e oeste (Darfur) e levou a cabo exercício de diálogo nacional, ainda que com limitações, que permitiu a formação de governo de união nacional. No plano externo, o acontecimento mais importante foi a decisão do governo norte-americano de levantar as sanções econômicas impostas na década de 1990 ao Sudão.

A questão de Darfur

Motivados pela marginalização socioeconômica e política de Darfur e de sua população, rebeldes darfurianos começaram a organizar-se em 2001 e 2002 em oposição a Cartum. Os dois principais grupos rebeldes da região, o *Sudan Liberation Movement/Army* (SLM/A) e o *Justice and Equality Movement* (JEM) iniciaram suas atividades militares em fins de 2002 e início de 2003. À época, Cartum encontrava-se em intensas negociações de paz com o SPLM/A, do sul do Sudão, e não possuía recursos militares suficientes para reagir à insurgência. Apesar dos esforços em prol de solução política para o conflito, os embates continuaram, levando à deterioração das condições humanitárias e de segurança na região.

Em fevereiro de 2009, iniciaram-se negociações de paz, em Doha, para o conflito em Darfur. Em julho de 2011, o Movimento da Libertação e Justiça (LJM), que reúne diversos grupos rebeldes, e o governo sudanês firmaram o Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD), o que representou importante marco no processo de paz. Naquela ocasião, o JEM, contudo, não aderiu ao DDPD.

Importante passo para a implementação do DDPD foi dado com o estabelecimento e nomeação dos membros do Conselho da Autoridade Regional para Darfur (ARD), em janeiro de 2013. Em parceria com o PNUD e com o governo em Cartum, a ARD é a entidade responsável pela implementação da Estratégia de Desenvolvimento de Darfur. Também constituíram avanços recentes a nomeação de um darfuriano como segundo vice-presidente da República do Sudão e o anúncio, por parte de Cartum, de previsão orçamentária de cerca US\$ 180 milhões para o apoio ao processo de paz. A Conferência de doadores, prevista no DDPD, e realizada em abr/13 em Doha, amealhou US\$ 3,4 bilhões para a reconstrução e o desenvolvimento de Darfur.

Em abril de 2013, com a adesão do JEM ao DDPD (que se seguiu ao cessar-fogo assinado pelas duas partes em fevereiro de 2013), os principais grupos rebeldes viram-se comprometidos com o processo de paz. No atual momento, a situação em Darfur apresenta sinais positivos de estabilização. Entre os principais avanços, verifica-se o arrefecimento do conflito armado. Mas restam preocupações, principalmente de que a campanha de desarmamento e desmobilização conduzida pelo governo tenha levado ao aumento de tensões, por ter sido empreendida com parcialidade e direcionada ao desarmamento dos opositores mais vocais ao estado. A situação humanitária também permanece preocupante. Em novembro de 2017, a UNAMID (Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur) divulgou relatório conjunto com o Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos, em que documenta 1.286 denúncias de abusos e violações de direitos humanos.

Abyei

Questão que permanece sem resolução definitiva é o *status* da região de Abyei, que, localizada na fronteira entre Sudão e Sudão do Sul, concentra importantes reservas petrolíferas e é reivindicada por ambos os países. Recorde-se que o AAP previu realização de referendo para determinar a qual país a região deverá vincular-se. A realização do pleito tem, contudo, encontrado obstáculos em divergências com relação, sobretudo, à definição de critérios para registro dos eleitores. O governo do Sudão tem defendido a participação dos Mysseria, população nômade, pastoril, com vínculos com o Norte, que se desloca sazonalmente à região.

Em junho de 2011, foi firmado um acordo entre o governo do Sudão e o SPLA/M contendo regras para a administração e segurança da área de Abyei, em regime temporário.

Logo após o acordo, foi criada a Força Interina de Segurança da ONU para Abyei (UNISFA), com mandato para monitorar a desmilitarização e apoiar a supervisão da zona de fronteira.

A UA tem pressionado para que seja encontrada solução definitiva para a região em disputa. Em setembro de 2012, o Painel de Implementação de Alto Nível da UA sobre o *status* final de Abyei, apelou às partes envolvidas para intensificar os seus esforços para chegar a um acordo sobre a realização do referendo. Em maio de 2013, o presidente do Painel da UA escreveu aos presidentes do Sudão e do Sudão do Sul sobre a necessidade de promover o desarmamento da região de Abyei. Em outubro de 2013, o presidente Al-Bashir encontrou-se com seu homólogo sul-sudanês, em Juba, ocasião em que os dois mandatários concordaram em acelerar a criação da Administração da Região Abyei, bem como de um serviço de polícia para a região.

Em outubro de 2013, a comunidade Ngok Dinka, residente em Abyei, organizou referendo unilateral, sem respaldo do governo em Cartum, da UA ou da ONU, no qual 99,99% dos votantes manifestaram-se a favor de sua união ao Sudão do Sul. Excluída do referendo, a comunidade Mysseria organizou diversos protestos que reuniram milhares de pessoas. A comunidade internacional não reconheceu o referendo da comunidade Ngok Dinka como válido e o governo em Juba decidiu não se pronunciar.

A UNISFA, criada em 2011, tem alcançado limitados resultados para a superação da paralisia política quanto ao status final do território e para conter a violência intercomunitária e atuação de grupos armados na região. O referendo sobre a soberania de Abyei encontra-se, *de facto*, adiado *sine die*. A eclosão do conflito interno no Sudão do Sul, a partir de dezembro de 2013, fez com que Juba reduzisse, temporariamente, seu engajamento na solução definitiva da questão. A UNISFA combina elementos de uma operação de manutenção da paz clássica, ao envolver supervisão de área disputada entre Sudão e Sudão do Sul, com características de operações de manutenção da paz multidimensionais, por buscar fortalecer a capacidade estatal local sem prejudicar o status final da região.

PODER LEGISLATIVO

O Legislativo sudanês é composto por 2 câmaras: a Assembleia Nacional (*Majlis Watani*, câmara baixa) e o Conselho dos Estados (*Majlis al-Wilayat*, câmara alta). Os membros da Assembleia Nacional (atualmente em número de 426) são eleitos por sufrágio universal, para mandato de 5 anos. Os membros do Conselho dos Estados (50), por sua vez, são eleitos de forma indireta, por meio do voto das Assembleias Provinciais.

A política externa sudanesa pauta-se, em larga medida, pelo processo de paz em relação ao Sudão do Sul, no qual Cartum tem desempenhado papel considerado positivo, e pelos conflitos internos com implicações para a política exterior do país (Darfur, Cordofão do Sul e Nilo Azul). Relativamente isolado no cenário internacional, o país busca, ainda, normalizar plenamente suas relações com os EUA e outras potências ocidentais, bem como diversificar suas parcerias, com vistas a atrair maiores investimentos externos e ampliar as oportunidades para sua reconstrução econômica e social.

O acontecimento recente de maior relevância no plano externo foi, sem dúvida, a decisão do governo norte-americano de levantar as sanções econômicas impostas unilateralmente ao país na década de 1990. Ainda se encontra pendente, contudo, a remoção do Sudão da lista dos países que patrocina terrorismo (*state sponsor of terrorism list*, SST), a qual constitui uma das grandes prioridades de Cartum em seu relacionamento com os EUA. Eventual retirada da lista permitirá ao Sudão ter novamente acesso à maioria dos mecanismos multilaterais de financiamento e a esquemas de redução de dívida.

Outra característica relevante da política externa sudanesa tem sido o recente movimento de aproximação de Cartum com países do Golfo, em especial com a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, o que resultou em sua participação, com tropas, no conflito no Iêmen, ao lado da coalizão capitaneada pelos sauditas. Essa inédita aproximação deverá igualmente resultar na ampliação dos investimentos e da ajuda financeira de países do Golfo ao Sudão.

ENTORNO REGIONAL

Sudão do Sul

Embora particularmente tensas no primeiro ano que se seguiu à independência do Sudão do Sul em 2011, as relações entre Cartum e Juba têm registrado processo de distensão, a partir da adoção de postura pragmática voltada à valorização do diálogo como condição essencial para a prosperidade de ambos. Desde então, os dois países obtiveram avanços nas negociações dos termos para o escoamento do petróleo sul-sudanês pelo território do Sudão e para a demarcação da fronteira comum.

A disputa fronteiriça mais relevante, ainda pendente de solução, refere-se à região de Abyei, que abriga grandes reservas petrolíferas e infraestrutura para sua extração e transporte. No âmbito das negociações do AAP, assinou-se o Protocolo para a Resolução do Conflito de Abyei, que concedeu à região estatuto administrativo próprio e determinou a realização de referendo local para a definição de sua nacionalidade. A votação, contudo, foi adiada indefinidamente em razão de controvérsias quanto à participação eleitoral da

população Misserya (nômades que migram sazonalmente para a região e que possuem vínculos com o norte).

A fim de monitorar a desmilitarização da área e supervisionar a zona disputada, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1990 (2011), que criou a Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA). No contexto do atual conflito no Sudão do Sul, as negociações sobre a questão de Abyei foram, contudo, praticamente postas em compasso de espera.

A questão do escoamento do petróleo produzido no Sudão do Sul também permanece como um dos temas mais importantes da pauta bilateral. Após a secessão, o novo país passou a deter cerca de 75% das reservas de petróleo que antes pertenciam ao Sudão unificado. O território ao norte (República do Sudão), por sua vez, concentra as infraestruturas necessárias para a exportação do hidrocarboneto, de modo que o Sudão do Sul passou a acumular dívida com o país vizinho relativa aos custos de escoamento.

Em 2012, o governo sul-sudanês chegou a anunciar a interrupção da produção de petróleo em seu território, em razão de valores, que considerava abusivos, cobrados pelo norte para escoamento e embarque de seu produto. O impasse ganhou contornos militares, mas, após alguns meses, ambos os países acordaram tarifas para escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa.

Desde o recrudescimento da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, o Sudão passou a receber importante contingente de refugiados provenientes de zonas afetadas pelo conflito. O ACNUR estima em mais de 700 mil o número de refugiados sul-sudaneses no Sudão.

Egito e Etiópia

Tema complexo das agendas externas de Sudão, Egito e Etiópia é a construção da "Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope" (GERD), no Nilo Azul, que, uma vez concluída, será a maior a entrar em operação na África. O projeto etíope é considerado estratégico pelo governo da Etiópia. As obras da GERD têm levantado, contudo, suscetibilidades junto aos países à jusante da represa, que temem a redução da vazão do trecho do Nilo que percorre seu território. Os egípcios, em particular, que têm no Nilo 95% do abastecimento de água e 92% das terras aráveis acompanhando as margens do rio, veem o assunto com extrema preocupação. Com vistas a superar o diferendo relativo à construção da represa, Etiópia, Egito e Sudão, assinaram, em 2015, "Declaração de Princípios" em que se comprometem a alcançar acordo sobre número de anos para preenchimento do reservatório e sobre método de operação, a partir de relatório técnico elaborado por empresa independente. Contudo, em que pesem as diversas reuniões até o momento realizadas entre as partes, a questão permanece inconclusa. Signatário de acordo bilateral com o Egito, de 1959, sobre utilização das águas do Nilo, o Sudão foi inicialmente crítico ao projeto e vocalizou preocupação acerca dos possíveis

impactos causados pela barragem. Posteriormente, suas posições aproximaram-se daquelas do governo etíope, após Cartum constatar que poderia beneficiar-se da obra, importando, por exemplo, o excedente de energia gerado. O Sudão tem asseverado, contudo, respeitar o acordo de 1959 e não possuir qualquer intenção de prejudicar o Egito. Em abril de 2018, Cartum sediou conversações com o objetivo de obter um acordo entre Egito, Etiópia e Sudão, mas sem êxito.

O relacionamento bilateral com a Etiópia deu um salto qualitativo em 2003, quando Adis Abeba concordou em resolver longa disputa fronteiriça com o Sudão e desocupar a região em litígio. O Sudão, por sua vez, ofereceu melhores condições de acesso à cidade portuária Port Sudan. A participação da Etiópia na mediação das negociações que levaram à assinatura do AAP, em 2005, o engajamento etíope na UNISFA, composta em sua grande maioria por militares etíopes, e o papel do país na mediação da crise entre Sudão e Sudão do Sul contribuíram significativamente para a consolidação da distensão nas relações bilaterais.

Atualmente, os dois países possuem relações intensas, nas áreas de coordenação em assuntos militares e no desenvolvimento de zonas industriais na faixa fronteiriça, polos que deverão beneficiar-se da futura distribuição de energia da GERD.

Líbia

As transformações na Líbia ocorridas em 2011 foram bem recebidas em Cartum, que acusava o regime de Kadhafí de apoiar movimentos rebeldes no Darfur. Após a queda de Kadhafí, o Sudão tem buscado normalizar as relações com o país vizinho. A fronteira do Sudão com a Líbia constitui, historicamente, região de intenso fluxo de armas e combatentes. Embora não seja um dos principais atores envolvidos no dossiê líbio, o Sudão sediou reunião de chanceleres de países vizinhos da Líbia, em 2014. Até 2015, o Sudão e Líbia possuíam força militar conjunta para patrulhar a fronteira, local de passagem de contrabandistas de armas e refugiados interessados em cruzar o mediterrâneo rumo à Europa. A guerra entre as facções naquele país, contudo, acabou interrompendo esse exercício conjunto.

Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Kuwait

A Arábia Saudita tem assumido postura de apoio mais decidido ao Sudão, por meio de doações financeiras, principalmente desde o rompimento das relações de Cartum com Teerã, em dezembro de 2015. Em seu movimento de aproximação dos países do Golfo, o governo sudanês também decidiu aderir à coalizão liderada pela Arábia Saudita no conflito do Iêmen. O Sudão ocupa, ainda, lugar de relevo na "Iniciativa para o Agro Investimento Externo do Rei Abdullah", da Arábia Saudita, que tem canalizado investimentos na compra de terras férteis no norte do país, para projetos agrícolas capazes de prover as necessidades dos países do Golfo, grandes importadores líquidos de alimentos.

As relações bilaterais com os Emirados Árabes Unidos (EAU) estão centradas, por sua vez, em dois eixos principais: cooperação militar e de inteligência e desenvolvimento de projetos no setor agroindustrial no Sudão. Para Cartum, são vitais as contribuições financeiras

que Abu Dhabi também realiza em favor do país. Um dos maiores empreendimentos agroindustriais no Sudão está localizado próximo à cidade de Atbara, a 340 km ao norte de Cartum, próximo de entroncamento de estradas que transportam produtos entre Port Sudan e o resto do país. Nesse local está implantado o projeto AMTAR, com capital majoritariamente emirático, dotado de 10.000 hectares para a produção de *roeder's grass* e milho.

O Kuwait, por sua vez, também é um dos principais investidores no Sudão. Detém a totalidade da propriedade da maior empresa de telefonia móvel sudanesa (ZAIN), dois dos grandes hotéis em Cartum e Port Sudan e 32% das ações da *Kenana Sugar Company*.

Catar

O principal eixo da relação com o Catar é a cooperação para a promoção da paz e o desenvolvimento de Darfur. O chamado processo de Doha constitui a principal via de diálogo político e cooperação para a estabilização e reconstrução definitiva da região. Doha desempenhou, assim, papel protagonista nos acordos de paz de Darfur de 2006 e 2011. O país constitui importante investidor na economia sudanesa e uma das principais fontes de recursos para a cooperação humanitária no Sudão.

A importância das relações tanto com o Catar quanto com a Arábia Saudita, os EAU e o Egito levaram a que, desde o início da atual "crise do Golfo", Cartum adotasse postura cautelosa. Como se recorda, a "crise do Golfo" teve início em jun/2017, quando Arábia Saudita, Egito, EAU e o Bahrein (o chamado "quarteto") romperam relações diplomáticas com o Catar sob alegação de ingerência de Doha nos assuntos internos daqueles países, bem como de alinhamento político do Catar com o Irã e de apoio catariano a entidades extremistas e terroristas.

O Sudão lamentou o rompimento das relações dos países do "quarteto" com o Catar e ofereceu seus préstimos, com vistas à reconciliação e à restauração das relações.

Liga Árabe (LEA)

Membro da LEA desde sua independência, em 1956, o Sudão conseguiu eleger, em setembro de 2016, o Embaixador Kamal Hassan Ali para o cargo de Subsecretário Geral da organização. A LEA constitui importante fonte de apoio ao Sudão. Os países árabes tornam-se, para Cartum, na prática, elemento compensador das restrições que sofre e dos problemas que enfrenta na esfera internacional. Os membros da LEA apoiaram o Sudão diante dos mandatos de prisão do TPI contra o presidente Al-Bashir, por considerarem, entre outros fatores, que sua execução alijaria ator-chave nas negociações para a pacificação de Darfur, mediadas pelo Catar com apoio da LEA, e de outras regiões do país. O Sudão tem sido, ademais, conspícuo defensor da causa palestina.

EUA

As relações com os EUA deterioraram-se sensivelmente durante a década de 1990. Desde 1997, o Governo dos EUA vinha aplicando sanções unilaterais ao Sudão. O embargo econômico unilateral ao país teve por objetivo alegado provocar mudança de comportamento do governo sudanês no que tange à violação de direitos humanos. Ademais, o país foi incluído na lista de países promotores de terrorismo (SST), na qual ainda permanece.

Passados mais de 15 anos da imposição das primeiras sanções, o Sudão tem buscado a normalização das relações com os Estados Unidos. Cartum atribui a delicada situação financeira em que se encontra ao embargo unilateral norte-americano e defende que a situação econômica nacional só poderá ser equacionada com a normalização das relações entre os dois países. Em janeiro de 2017, como resultado de entendimentos que vinham sendo mantidos entre a administração de Barack Obama e autoridades sudanesas, foi assinado decreto (*executive order*) suspendendo parcialmente as sanções (enquanto as sanções econômicas contra o país foram suspensas, as sanções contra indivíduos sudaneses foram mantidas). Em outubro de 2017, o novo presidente norte-americano confirmou a suspensão parcial das sanções, e autorizou, ainda, empresas norte-americanas a exportarem para o Sudão, sem linhas de financiamento. Em novembro de 2017, John Sullivan, Subsecretário do Departamento de Estado, esteve em Cartum para iniciar nova fase de negociações que poderão levar o Sudão a ser excluído da lista SST, passo importante para que o país se reintegre à comunidade financeira internacional. Nessa mesma ocasião, Allen teria pedido ao então chanceler Ghandour que seu governo observasse mais atentamente os direitos humanos no país, e que fosse mais explícito na interrupção das relações com a Coreia do Norte.

China

No contexto das sanções unilaterais norte-americanas ao Sudão, a China tornou-se importante fonte de recursos para a economia do país. Pequim, que não impõe condicionalidades políticas no desenvolvimento de suas relações bilaterais, constitui, atualmente, o maior parceiro comercial do Sudão, além de maior investidor estrangeiro. O país asiático investiu pesadamente na infraestrutura de escoamento do petróleo no norte sudanês. Com a secessão do Sudão do Sul, que herdou em seu território cerca de 75% das reservas petrolíferas do Sudão, passou adotar postura de equidistância no relacionamento com os dois países. Mais recentemente, além de investimentos em infraestrutura e construção civil, dos quais constitui tradicional fonte, passou a investir em projetos agroindustriais, especialmente nos setores de algodão e soja no país.

União Europeia

As relações com países da UE são relativamente fluidas e pragmáticas. Apesar das críticas de países europeus à situação de direitos humanos no país, não há embargo declarado

e as correntes de comércio são significativas. Países como França, Reino Unido e Alemanha fazem, bilateralmente, críticas à situação humanitária em diversas regiões do país, o que, contudo, não impede que haja certa abertura ao diálogo, com realização de visitas governamentais de parte a parte. Algumas das principais agências de cooperação europeias desenvolvem projetos no Sudão, enfocados na capacitação, na saúde materno-infantil e na segurança alimentar.

A União Europeia atua no Sudão, como instituição, para impulsionar a observação dos direitos humanos, reduzir os fluxos de migração com origem naquele país e contribuir para a fixação do homem no campo por meio da promoção da agricultura familiar.

União Africana (UA)

A União Africana (UA) tem sido importante foro para a atuação da diplomacia sudanesa. A UA constitui importante fonte de apoio ao Sudão, no contexto dos mandados de prisão contra Al-Bashir. Ainda em meados de 2008, solicitou ao Conselho de Segurança da ONU a suspensão do processo em curso no TPI. Em julho de 2009, ante a falta de deliberação pelo CSNU do pedido formulado, a Assembleia da Organização adotou decisão de não cooperar com o TPI para a prisão do mandatário sudanês, com base no princípio das imunidades dos chefes de estado. Desde então, as Cúpulas da UA têm-se pronunciado em apoio ao respeito desse princípio e contra a execução dos mandados de prisão do mandatário sudanês.

Juntamente com a UA, a ONU mantém força mista de “capacetes azuis” em Darfur (cerca de 11.000 homens) e no enclave de Abyei (pouco mais de 4.000 homens). A Chancelaria sudanesa tem pressionado a ONU para reduzir seus efetivos em Darfur e em Abyei, diante da melhora da situação de segurança nas duas regiões.

TPI

O indiciamento e expedição de dois mandados de prisão contra o presidente Al-Bashir pelo TPI contribuíram para o relativo isolamento sudanês. Embora o Sudão não seja parte do Estatuto de Roma, as investigações sobre possíveis crimes sob a jurisdição do Tribunal em Darfur foram iniciadas após a aprovação da Resolução 1593 (2005) do CSNU, no âmbito do Capítulo VII da Carta da ONU.

As investigações do promotor conduziram ao indiciamento de 7 sudaneses, entre rebeldes e altos funcionários do governo. O indiciamento de Al-Bashir, em 2009, por crimes de guerra e crimes contra a humanidade, com a concomitante expedição de mandado de prisão, foi o primeiro de um chefe de estado em atividade pelo TPI. Em 2010, o TPI acatou a apelação do promotor, para incluir entre as acusações o crime de genocídio, o que levou à expedição de novo mandado de prisão contra Al-Bashir.

De acordo com a denúncia da Promotoria, aceita pelo Tribunal, os crimes teriam sido supostamente cometidos durante uma campanha de contra-insurreição conduzida, durante cinco anos, pelo governo do Sudão, comandado por Al-Bashir, contra o Movimento/Exército de Libertação Sudanês (SLM/A), o JEM e outros grupos armados de oposição às autoridades de Cartum em Darfur. A campanha seria, segundo essas alegações, o resultado de um plano acordado nos mais altos escalões do governo sudanês, sendo imputável, segundo o promotor, ao presidente Al-Bashir.

O governo sudanês defende, por sua vez, que, por não ser parte do TPI, as decisões do Tribunal não são aplicáveis ao Sudão. Cartum também argumenta que a ação da Corte seria politicamente motivada e que teria ignorado investigações em curso realizadas pelas próprias autoridades sudanesas. Cartum igualmente critica a atuação supostamente seletiva do TPI, cujos casos são, em sua totalidade, referentes a países africanos. Afirma, por fim, que o TPI tem-se manifestado sempre em momentos em que se chega a desdobramentos positivos no contexto interno sudanês, como no caso do AAP e do processo negociador de Doha.

Cartum enfrenta, no momento, o desafio de reestruturar e revitalizar sua economia. A secessão do Sudão do Sul (julho de 2011) gerou impactos estruturais na organização econômica sudanesa, desarticulando, até os dias de hoje, atividades produtivas e canais de exportação. A secessão também afetou as contas nacionais e políticas macroeconômicas do governo sudanês. Como se recorda, com a independência sul-sudanesa, Cartum perdeu cerca de 75% de suas reservas petrolíferas, as quais representavam mais de 50% das receitas públicas sudanesas pré-secessão. Além dos efeitos sobre as contas externas, a queda observada na produção de energia e de alimentos causou forte pressão inflacionária e indesejável surto de importações.

A partir de 2013, foi retomada a exportação de petróleo do Sudão do Sul, a qual chegara a ser interrompida no período pós-secessão em função de desacordos sobre a quantia a ser paga ao Sudão pelo Sudão do Sul pela utilização da infraestrutura de exportação do norte. Isso permitiu à economia sudanesa relativa recuperação: segundo dados do FMI, o Sudão apresentou, de 2013 a 2017, as seguintes taxas de crescimento: 3,9%, 2,7%, 4,9%, 4,7% e 4,3%, respectivamente.

Em novembro de 2012, o FMI recomendou que Cartum perseverasse em suas políticas de austeridade fiscal, concentrando os investimentos governamentais em medidas voltadas à diversificação da matriz produtiva do país. Com a perda de reservas de petróleo, Cartum passou, de fato, a dar maior ênfase ao desenvolvimento agrícola, bem como à extração mineral (sobretudo de ouro). Nesses esforços de diversificação produtiva e de ampliação das fontes de investimentos e diante de relativo isolamento internacional, passou a conferir especial atenção ao relacionamento com países do Golfo, bem como com o Brasil, com a China, com a Índia e com a Turquia.

Na área fiscal, a queda das receitas orçamentárias sudanesas pressionou o governo a adotar medidas de corte de gastos públicos, algumas das quais muito impopulares, como a abolição e fusão de pastas ministeriais, a redução de orçamentos ministeriais e a redução de subsídios aos combustíveis. No corrente ano de 2018, apesar da recuperação gradual dos preços internacionais do petróleo (ainda que distante dos valores registrados entre 2011 e 2014), analistas esperam que o *deficit* fiscal sudanês aumente e alcance os 4,9% do PIB. Isso se deve em boa medida ao efeito negativo das desvalorizações cambiais do primeiro semestre e ao impacto inflacionário delas decorrente, o que reduzirá a arrecadação.

No setor externo, o Sudão apresenta perfil de exportador de commodities, como ouro e, sobretudo, petróleo, o qual representou, em 2011, mais de 90% das exportações do país. Antes da secessão do Sul, cerca de 80% do petróleo explorado era destinado à exportação, principalmente para a China, que já chegou a absorver cerca de 70% do total das exportações sudanesas. Do lado das importações, máquinas mecânicas e elétricas, cereais, carnes e açúcar costumam figurar entre os principais produtos demandados. Com economia estruturalmente dependente das rendas do petróleo e da importação de alimentos e de bens de consumo, economistas acreditam que o Sudão continuará a ter dificuldades para reverter, no médio prazo, a tendência deficitária de suas contas externas.

No presente, analistas econômicos internacionais acreditam que o governo sudanês perseverará em seus esforços para aumentar receitas que não sejam derivadas do petróleo, o que deverá ocorrer por meio de melhoras no sistema de arrecadação e de maiores estímulos à mineração, especialmente de ouro, cujo preço internacional está em ascensão. Ademais, o governo terá de continuar a promover certa acomodação fiscal, provavelmente por meio da redução de despesas. Mesmo assim, é consenso entre especialistas que o Sudão tenha de recorrer a auxílio financeiro externo, em especial dos países do Golfo, da China e da Índia, como forma de resolver desequilíbrios no balanço de pagamentos e financiar projetos em infraestrutura.

Os principais instrumentos de política monetária utilizados pelo Banco Central do Sudão (BCS) – a emissão de títulos e a variação da taxa de câmbio – não têm sido eficientes na estabilização da economia, em razão da significativa quantidade de moeda em circulação fora dos canais oficiais. O FMI tem insistido para que o BCS reduza o excesso de liquidez no mercado. Analistas também acreditam que o BCS tenha de elevar a taxa de juros, como forma de prevenir a saída de capitais e maiores desvalorizações cambiais. Recorde-se que, logo no início de 2018, os preços dos alimentos básicos e serviços essenciais sofreram aumentos de até 300%, em razão da forte perda de valor da libra sudanesa.

A dívida externa acumulada com garantia pública tem subido nos últimos anos. A maior parte da dívida e do financiamento externo ao Sudão é concedida por países do Golfo, sobretudo Arábia Saudita e Kuwait. A ajuda oficial ao desenvolvimento recebida pelo país manteve média, em anos recentes, de 1,9% do PIB. Nesse quadro, persistem os esforços de Cartum diante da comunidade financeira internacional para alívio ou perdão de dívidas. Em 2010, a China perdoou US\$ 6 milhões da dívida sudanesa. O Brasil, por sua vez, assinou acordo de reescalonamento da dívida com o Sudão em maio de 2013, com perdão correspondente a 90% do montante da dívida.

Em suma, há consenso de que a resolução da crise econômica enfrentada pelo Sudão dependerá, no médio prazo, do desenvolvimento de setores não relacionados à extração de petróleo. Mineração e agricultura, principalmente, e hidroeleticidade, em boa medida, são áreas destacadas pelo governo sudanês como prioritárias para receber investimentos estatais e atrair capitais externos. Cartum conta com plano de substituição de importações e diversificação de exportações. Contudo, é difícil contrair importações em um país que importa produtos de necessidade básica do mercado internacional. Projeções de economistas preveem que o montante a ser pago relativo a importações em 2018 seja de US\$ 8,5 bilhões, pequeno decréscimo em relação ao ano anterior, 2017 (US\$ 8,6 bilhões). Em prazo mais largo, até 2022, as importações deverão alcançar cerca de US\$ 11 bilhões, em razão do esperado aumento na compra de bens de capital e de consumo, tendência natural associada ao crescimento econômico do país.

Em 2017, o mais importante produto de exportação sudanesa foi o ouro, que correspondeu a cerca de 50% do valor total exportado. Em seguida, animais vivos responderam por cerca de 15%. Outros produtos exportados foram petróleo, goma arábica e algodão. Os maiores destinos das exportações do Sudão foram: EAU (40%), China (17%), Arábia Saudita (14%) e Egito (10%). O Brasil ficou na 59ª posição.

COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS

O intercâmbio comercial com o Sudão tem oscilado nos últimos anos. Após atingir seu pico em 2010 (mais de US\$ 100 milhões), declinou significativamente, tendo registrado, em 2014, seu valor mais baixo em mais de 10 anos (cerca de US\$ 16 milhões). Desde então, tem havido recuperação gradual do fluxo comercial, que alcançou US\$ 31 milhões, em 2016, e mais de US\$ 42 milhões, em 2017.

Exportações brasileiras respondem pela quase totalidade das trocas com o Sudão (97%, em 2016, e mais de 98%, em 2017). Em 2017, açúcares responderam por mais de 70% das vendas brasileiras ao país. Apesar de reduzidas, as importações do Sudão cresceram e chegaram a superar, em 2015 e em 2016, o patamar de US\$ 1 milhão. Em 2017, voltaram a cair e ficaram abaixo de US\$ 600 mil. Plantas para perfumaria e medicina constituem os principais produtos exportados ao Brasil pelo Sudão.

Há espaço para crescimento das exportações brasileiras para o país, em especial nos setores de veículos, máquinas e implementos agrícolas, que responderam por mais de 27% das importações totais do país em 2017. O potencial agrícola sudanês e o abrandamento das sanções norte-americanas oferecem oportunidades para o estreitamento de laços econômicos e comerciais com o Sudão, em especial no setor agropecuário.

O Sudão detém, como já mencionado, um dos maiores potenciais agrícolas do continente africano e vem buscando modernizar sua produção, no esforço de diversificar sua economia. O país considera o Brasil parceiro incontornável, razão pela qual tem enviado diversas visitas de alto nível ao Brasil com vistas a estreitar a cooperação bilateral no setor agropecuário, em geral, e sucroalcooleiro, em particular. Grupos privados brasileiros já atuam, em parceria com o governo sudanês, no desenvolvimento de arranjos produtivos modernos, com bons resultados.

Como características capazes de atrair investimentos privados destacam-se o mercado interno (o Sudão tem mais de 40 milhões de habitantes), a vasta extensão territorial (terceiro maior país da África) com grande extensão agricultável, bem como proximidade de importantes mercados consumidores no Oriente Médio e na África. O país caminha, ademais, paulatinamente, na direção de alcançar ambiente mais propício para negócios. A suspensão parcial das sanções norte-americanas (restaram as aplicadas a indivíduos) e os entendimentos com vistas à remoção do Sudão da lista norte-americana de estados que patrocinam o terrorismo (SST) deverão proporcionar o retorno do país ao mercado de créditos internacional, com possibilidade de acesso a financiamentos multilaterais e a esquemas de redução de dívida.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1881	Após décadas de domínio egípcio e britânico, o líder religioso Mahdi expulsa os ingleses.
1899	Forças militares inglesas voltam a impor regime de soberania conjunta anglo-egípcia.
1956	Independência e criação do Parlamento, sob a liderança do primeiro-ministro Al-Zahari.
1969	Golpe militar leva ao poder o Cel. Al-Nimeiri, apoiado depois pela “Irmandade Islâmica”.
1972	Acordo de paz entre governo (norte) e rebeldes do sul.
1978	Descoberto petróleo em Bentiu, região sul, pela empresa americana Chevron.
1983	Guerra civil no sul entre governo e Movimento de Libertação Popular do Sudão (SPLM).
1983	Presidente Al-Nimeiri (sunita) oficializa lei islâmica (charia).
1985	Al-Nimeiri é destituído e Conselho Militar de Transição assume o governo.
1986	Sadiq Al-Mahdi é nomeado primeiro-ministro.
1989	Em meio à escalada do conflito interno, Al-Mahdi é deposto pelo general Al-Bashir.
1989	Al-Bashir suspende Constituição; proscree todos os partidos políticos.
1989	Poder legislativo é exercido pelo Conselho Revolucionário de Salvação Nacional.
1993	Dissolvido Conselho Revolucionário; Al-Bashir nomeado presidente.
1996	Governo promulga nova Constituição; eleições presidenciais e parlamentares
1996	Al-Bashir é eleito presidente.
1997	Governo inicia difíceis conversações de paz com diversos grupos rebeldes do sul.
1998	Nova Constituição é aprovada por 96% dos votantes em referendo popular.
1999	Presidente Bashir dissolve a Assembleia Nacional e declara estado de emergência após luta pelo poder com o parlamentar Hassan al-Turabi.
1999	O Sudão começa a exportar petróleo.
2000	Al-Bashir é reeleito presidente.
2002	Protocolo de Machakos (estabelece referendo sobre autodeterminação no sul em 2011).

2004	Recuperação econômica, aumento da exportação de petróleo.
2004	Conselho de Paz e Segurança da UA aprova Missão de Paz em Darfur (AMIS).
2004	O exército sudanês entra em conflito com rebeldes na região ocidental de Darfur. Centenas de milhares de refugiados fogem para o Chade.
2005	Celebrado em Nairóbi Acordo Abrangente de Paz (CPA) definitivo, entre rebeldes do sul e governo central.
2005	UNMIS (ONU) estabelecida para implementação do Acordo de Paz entre o norte e o sul.
2005	Novo governo, em composição com o SPLM, toma posse em julho.
2005	Ex-rebelde sulista John Garang assume vice-presidência, mas logo falece em acidente aéreo, sendo substituído por Salva Kiir.
2005	Formado governo autônomo no sul.
2006	Acordo de Paz de Darfur (DPA) entre o governo e um dos principais grupos rebeldes.
2007	Criada missão híbrida ONU-UA em Darfur (UNAMID), em substituição à AMIS.
2007	TPI emite mandado de prisão contra suspeitos de crime de guerra em Darfur, entre os quais, o ministro da defesa sudanês, Ahmad Harun.
2008	ONU assume missão híbrida de paz em Darfur (UNAMID).
2008	TPI indícia Al-Bashir por genocídio, crimes de guerra e contra a humanidade em Darfur.
2009	TPI expede mandado de prisão contra o presidente Al-Bashir, sob acusação de crimes de guerra e crimes contra a humanidade em Darfur.
2010	Presidente Al-Bashir declara que aceitará o resultado do referendo, ainda que o sul opte pela independência
2010/fev	Movimento da Justiça e Igualdade (JEM) assina acordo preliminar com o governo sudanês
2010/abr	Realizadas eleições multipartidárias. O presidente Al-Bashir foi confirmado no cargo e Salva Kiir foi eleito presidente do sul do Sudão
2010/jul	TPI expede um segundo mandado de prisão contra Al-Bashir, dessa vez por acusações de genocídio
2010/ago	Presidente Al-Bashir visita o Quênia, signatário do TPI. O governo queniano se recusa a prender Al-Bashir. Em 2015, a situação se repete na África do Sul.
2011/jan	Realização de referendo sobre a independência do Sudão do Sul.

2011/jul	Promulgação de decreto que confirma o referendo de independência, e assinatura do Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD). Independência do Sudão do Sul em 9/7.
2012/jun	Protestos populares em Cartum contra medidas de austeridade (corte nos subsídios ao combustível), após a queda das receitas públicas em razão da independência do Sudão do Sul.
2012/set	Assinatura dos Acordos de Adis Abeba entre Sudão e Sudão do Sul, por meio do qual foi retomada a produção de petróleo sul-sudanesa, escoada pelo norte.
2013/jan	Estabelecimento e nomeação dos membros do Conselho da Autoridade Regional para Darfur (ARD).
2013/fev	Cessar-fogo assinado com o Movimento da Libertação e Justiça (LJM).
2013/abr	Governo anuncia anistia a presos políticos e conclama demais forças políticas ao entendimento e à elaboração de nova Constituição.
2013/jun	Governo anuncia bloqueio a exportações petrolíferas sul-sudanesas, em retaliação a alegado apoio que Juba estaria concedendo a rebeldes no Sudão.
2013/set	Governo anuncia o corte dos subsídios na área de combustíveis, o que ocasiona protestos com mortes em Cartum.
2013/dez	Presidente Al-Bashir demite o aliado de longa data e primeiro vice-presidente Ali Osman Taha.
2015/1br	Presidente Bashir é reeleito para seu quinto mandato, com 95% dos votos (eleições boicotadas pela maioria dos partidos de oposição).
2016/nov	Protestos populares contra a alta dos preços de bens essenciais (medidas de austeridade aconselhadas pelo FMI).
2017/out	Administração Trump confirma o levantamento parcial de sanções realizado ao final da administração Obama.
2017/dez	Declaração de estado de emergência na fronteira com a Eritreia.
2018/jan	Desvalorizações cambiais causam elevação abrupta dos itens essenciais de consumo, o que provoca protestos populares.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1968	Brasil e Sudão estabelecem relações diplomáticas.
2003	Brasil recebe visita do ministro dos Transportes do Sudão.
2003	Brasil recebe visita do ministro da Educação sudanês.
2004	Sudão abre embaixada no Brasil, a primeira na América do Sul.

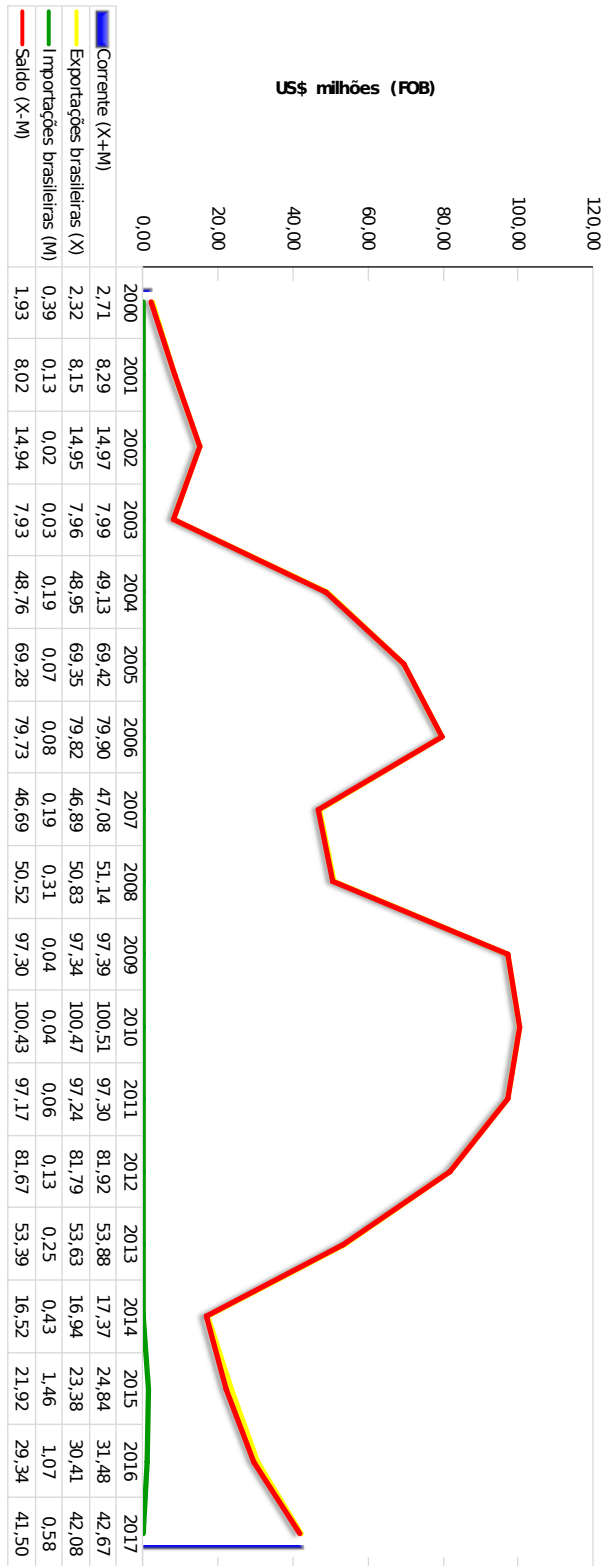
2005	Osman Ismail, então chanceler sudanês, participa da I Cúpula ASPA.
2005	Brasil contribui com observadores militares à UNMIS.
2005	Brasil e Sudão assinam Acordo de Cooperação Técnica.
2006	Brasil e Sudão assinam MdE de Consultas Políticas.
2006	É realizada, em Brasília, a I Reunião Bilateral de Consultas Políticas.
2006	Brasil abre embaixada residente em Cartum.
2006	Embaixador Hélio Magalhães de Mendonça apresenta credenciais.
2007	Governador de Cartum visita o Brasil e realiza programação empresarial.
2007	Subsecretário-Político II vai a Cartum para a II Reunião Bilateral de Consultas Políticas.
2008	Embaixador Omer Salih Abubakr assume a embaixada do Sudão no Brasil.
2008	Brasil recebe visita do Enviado Especial do presidente Al-Bashir, Ali Ahmed Karti.
2009	Realizada em Brasília a III Reunião Bilateral de Consultas Políticas, que contou também sessão para exame das áreas de cooperação.
2009	O então deputado Nilson Mourão realiza visita oficial ao Sudão (Cartum e Darfur), sendo recebido pelo presidente Al-Bashir.
2010	Osman Khalid Modawi, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento do Sudão, visita o Brasil, em reciprocidade à visita realizada pelo deputado Nilson Mourão.
2010/fev	O Brasil, em parceria com Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, participa da Feira Internacional de Cartum.
2010/mar	Realizada missão de prospecção da ABC a Cartum, com representantes do MDA, Embrapa, Fiocruz e “Olé Brasil”
2010/abr	Atendendo a pedido do governo do Sudão, o Brasil envia àquele país missão de observação eleitoral.
2010/nov	Visita ao Brasil do ministro de Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Karti, durante a qual foi celebrado acordo que estabelece a Comissão Mista entre os dois países (ainda não reunida).
2011/abr	Visita do governador de Cartum ao Distrito Federal, ocasião na qual foi firmado acordo estabelecendo as duas capitais como cidades-irmãs, com cooperação nas áreas de saneamento básico, desenvolvimento agrícola, transporte, entre outras.
2011/dez	IV Reunião de Consultas Políticas Bilaterais ocorre em Cartum, e conta com presença do Subsecretário Político III,

	do Itamaraty, e da alta cúpula da Chancelaria sudanesa
2012/nov	Visita ao Brasil do ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz. Visita ao Brasil do presidente da Assembleia Nacional do Sudão, Sr. Ahmed Ibrahim El-Tahir.
2013/mar	Visita do ministro da Agricultura do Sudão ao Brasil – que já havia visitado o Brasil, em 2007, na qualidade de governador de Cartum.
2013/mai	Governo brasileiro anuncia perdão de 90% da dívida sudanesa. Assinatura de projeto entre a ABC e o governo sudanês na área do plantio da cana-de-açúcar.
2013/jun	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Ahmed Karti.
2014	Visita ao Brasil do ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz.
2015	Visita do ministro da Agricultura do Sudão ao Brasil
2017/mar	Visita da ministra do Bem-Estar e da Seguridade Social, Mashair Ahmed Abdalla.
2017/abr	Realizada, em Brasília, a V Reunião Bilateral de Consultas Políticas, com participação do subsecretário do ministério dos Negócios Estrangeiros do Sudão.
2017/ago	Início das atividades do projeto de cooperação técnica "Melhoramento da Produção da Cana-de-açúcar no Sudão", em parceria com a Universidade Federal de São Carlos
2018/abr	VI Reunião de Consultas Políticas Bilaterais ocorre em Cartum, e conta com presença do Subsecretário de África e Oriente Médio, do Itamaraty, e da alta cúpula da Chancelaria sudanesa

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Situação
Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Sudão sobre o estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente para Cooperação	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Sudão sobre isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço (especiais)	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Memorandum de entendimento para o estabelecimento de Consultas Políticas	09/05/2006	09/05/2006	Vigente
Acordo de cooperação técnica	11/05/2005	21/09/2006	Vigente

Comércio Brasil-Sudão

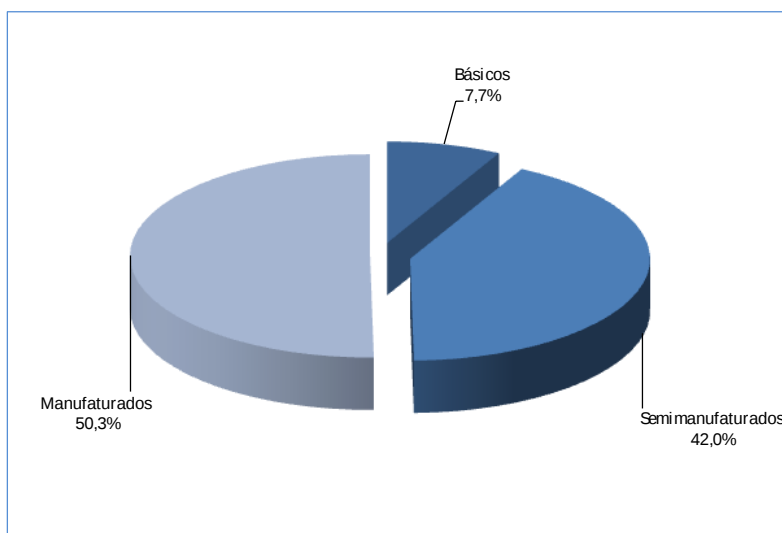


Elaborado pelo MNE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDI C/SECEX, Março de 2018.

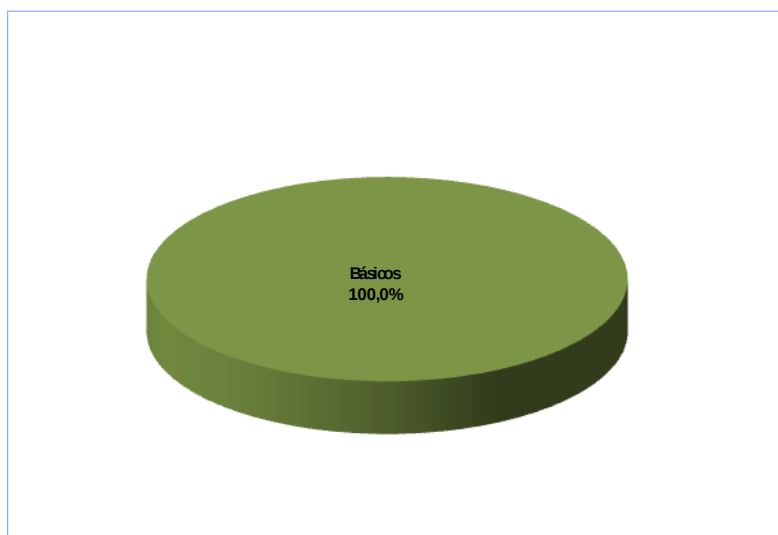
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-fev)	1,12	0,08	1,20	1,04
2018 (jan-fev)	0,79	0	0,79	0,79

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



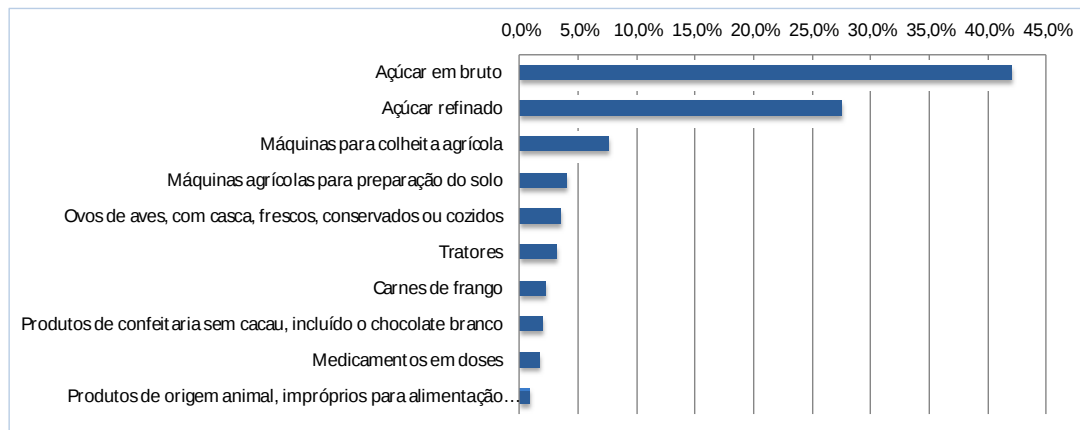
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Sudão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar em bruto	0,00	0,0%	0,00	0,0%	17,69	42,0%
Açúcar refinado	4,43	19,0%	19,49	64,1%	11,54	27,4%
Máquinas para colheita agrícola	2,51	10,7%	2,68	8,8%	3,16	7,5%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	3,09	13,2%	0,98	3,2%	1,67	4,0%
Ovos de aves, com casca, frescos, conservados ou cozidos	0,55	2,4%	0,91	3,0%	1,48	3,5%
Tratores	1,97	8,4%	1,71	5,6%	1,29	3,1%
Carnes de frango	3,42	14,6%	0,80	2,6%	0,89	2,1%
Produtos de confeitaria sem cacau, incluído o chocolate branco	0,38	1,6%	0,29	0,9%	0,78	1,8%
Medicamentos em doses	1,07	4,6%	0,56	1,8%	0,69	1,6%
Produtos de origem animal, impróprios para alimentação humana	0,01	0,0%	0,00	0,0%	0,36	0,9%
Subtotal	17,42	74,5%	27,41	90,1%	39,54	94,0%
Outros	5,96	25,5%	3,00	9,9%	2,54	6,0%
Total	23,38	100,0%	30,41	100,0%	42,08	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

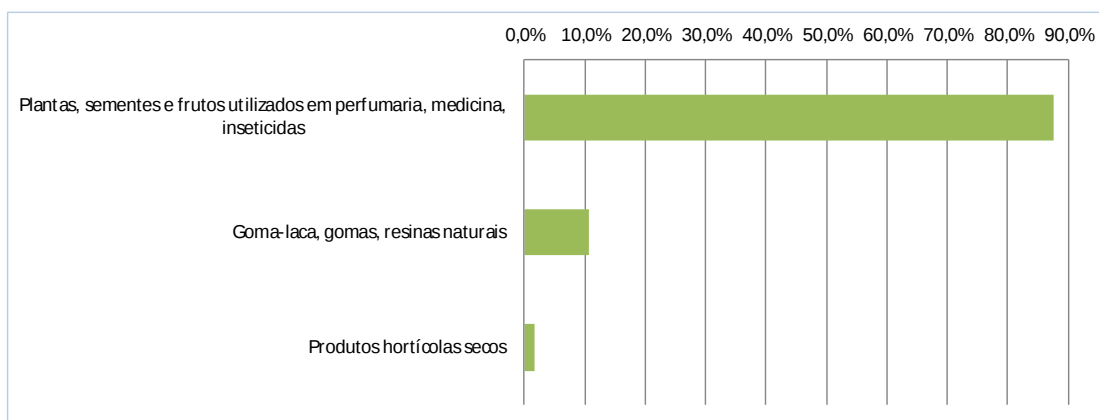


Composição das importações brasileiras originárias do Sudão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	916	62,7%	1.017	95,1%	508	87,5%
Goma-laca, gomas, resinas naturais	69	4,7%	52	4,9%	63	10,8%
Produtos hortícolas secos	0	0,0%	0	0,0%	10	1,7%
Impressoras e máquinas auxiliares para impressão	135	9,3%	0	0,0%	0	0,0%
Desperdícios de cobre	340	23,3%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	1.460	99,9%	1.069	100,0%	580	100,0%
Outros	1	0,1%	1	0,0%	0	0,0%
Total	1.461	100,0%	1.070	100,0%	580	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

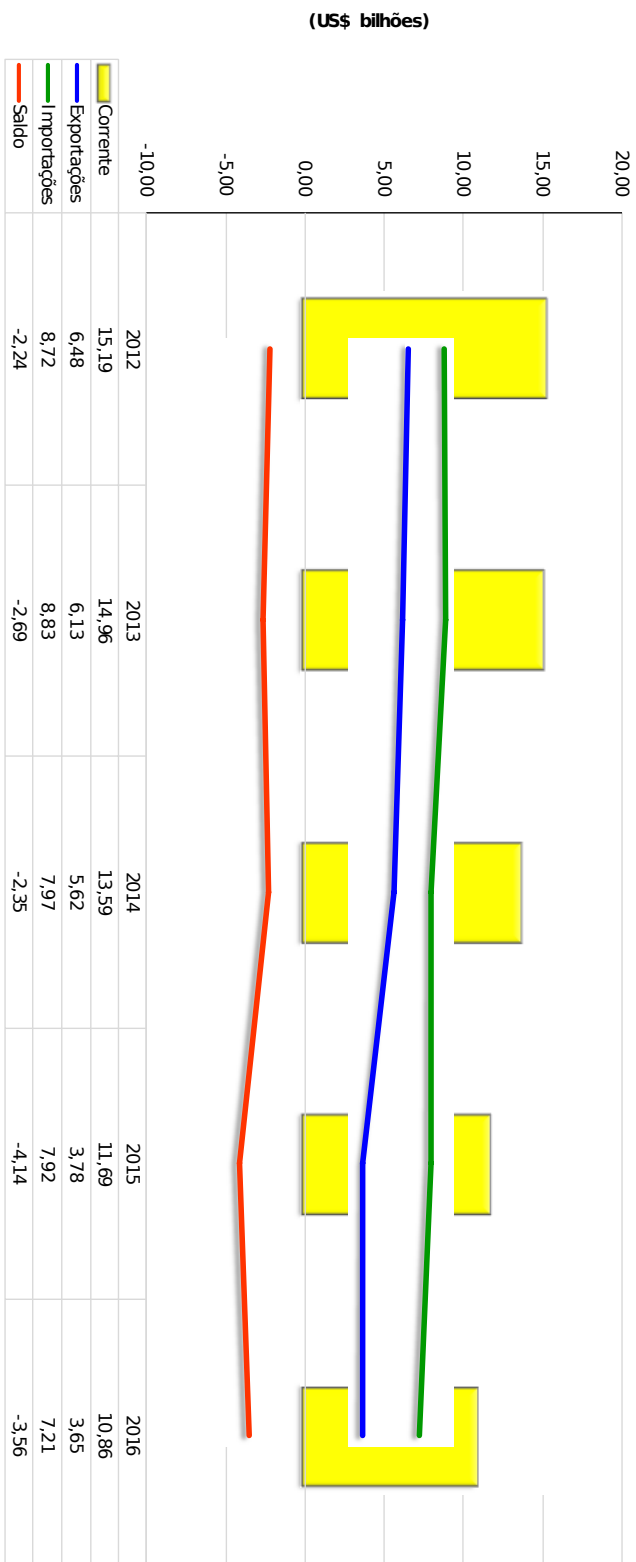
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Ovos de aves, com casca frescos, conservados ou cozidos	418	37,3%	321	40,5%	Ovos de aves, com casca frescos, conservados ou cozidos 40,5%
Carnes de frango	125	11,1%	180	22,7%	Carnes de frango 22,7%
Produtos de confeitaria sem cacau, incluído o chocolate branco	0	0,0%	104	13,2%	Produtos de confeitaria sem cacau, incluído o chocolate branco 13,2%
Objetos de vidro para casa, escritório e decoração	19	1,7%	39	4,9%	Objetos de vidro para casa, escritório e decoração 4,9%
Centrifugadores	3	0,3%	18	2,3%	Centrifugadores 2,3%
Bombas de ar ou de vácuo	3	0,3%	15	1,8%	Bombas de ar ou de vácuo 1,8%
Motores e máquinas motrizes	7	0,6%	11	1,4%	Motores e máquinas motrizes 1,4%
Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção	1	0,1%	11	1,4%	Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção 1,4%
Instrumentos, aparelhos e máquinas de medida não especificados	0	0,0%	10	1,2%	Instrumentos, aparelhos e máquinas de medida não especificados 1,2%
Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	1	0,0%	9	1,2%	Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas 1,2%
Subtotal	577	51,5%	717	90,6%	
Outros	542	48,5%	74	9,4%	
Total	1.119	100,0%	791	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2017
Importações					
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina ou como inseticida	74	93,6%	0	100,0%	Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina ou como inseticida 100,0%
Goma-laca natural	5	6,4%	0	100,0%	Goma-laca natural 100,0%
Subtotal	79	100,0%	0	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	
Total	79	100,0%	0	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Comércio Sudão x Mundo



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Março 2018.

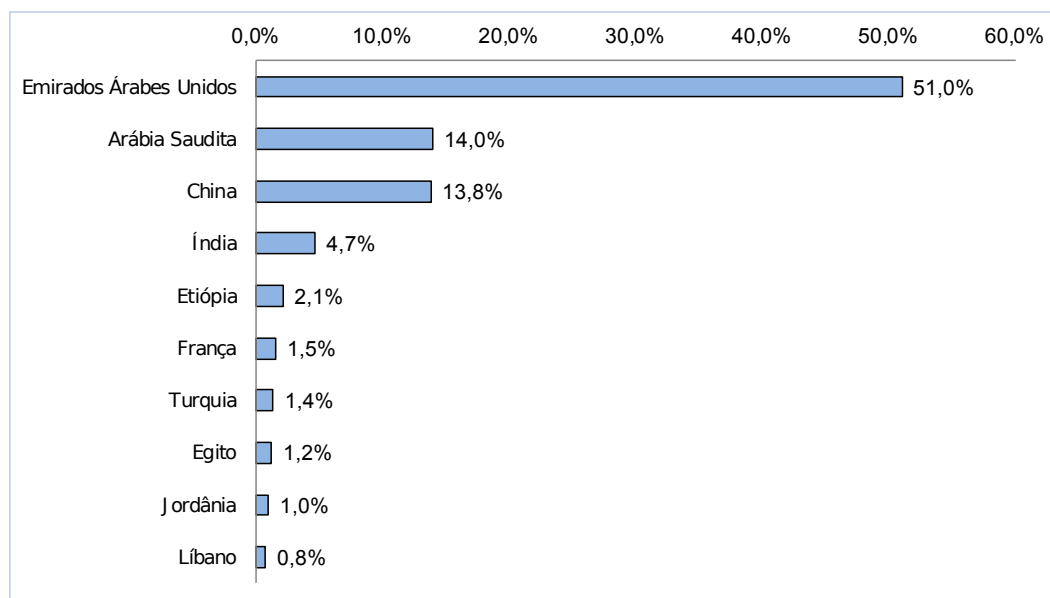
O Sudão não informou suas estatísticas ao TradeMap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações do Sudão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Emirados Árabes Unidos	1.863	51,0%
Arábia Saudita	510	14,0%
China	505	13,8%
Índia	170	4,7%
Etiópia	78	2,1%
França	56	1,5%
Turquia	50	1,4%
Egito	46	1,2%
Jordânia	36	1,0%
Líbano	28	0,8%
...		
Brasil (39º lugar)	1	0,0%
Subtotal	3.342	91,6%
Outros países	308	8,4%
Total	3.650	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

O Sudão não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

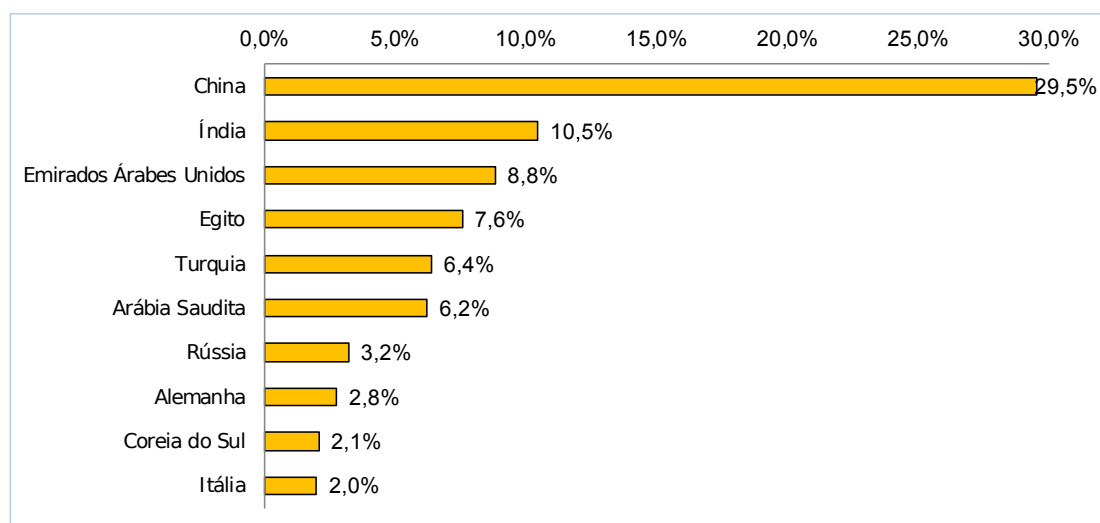


Principais origens das importações do Sudão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	2.130	29,5%
Índia	754	10,5%
Emirados Árabes Unidos	636	8,8%
Egito	545	7,6%
Turquia	460	6,4%
Arábia Saudita	448	6,2%
Rússia	232	3,2%
Alemanha	199	2,8%
Coreia do Sul	149	2,1%
Itália	144	2,0%
...		
Brasil (31º lugar)	30	0,4%
Subtotal	5.728	79,4%
Outros países	1.484	20,6%
Total	7.213	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

O Sudão não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

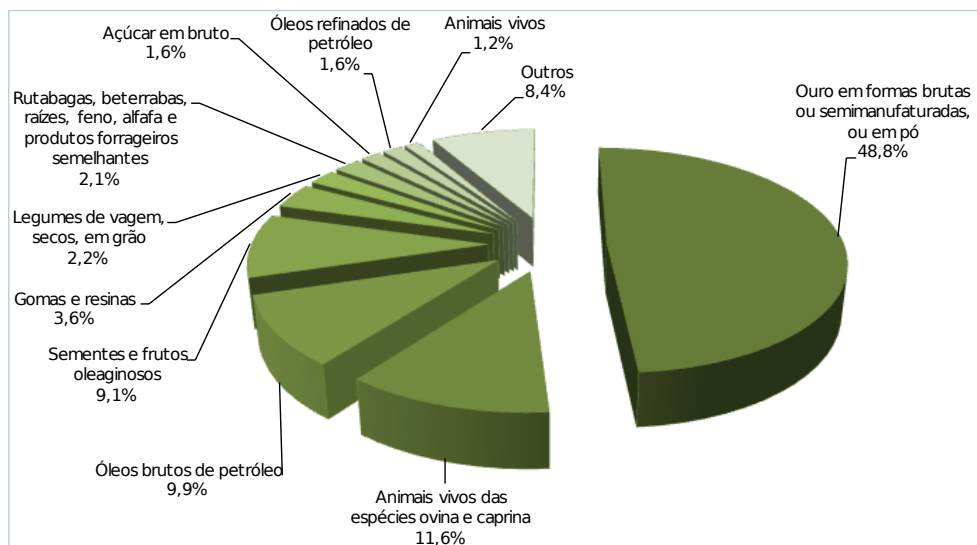


Composição das exportações do Sudão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	1.780	48,8%
Animais vivos das espécies ovina e caprina	423	11,6%
Óleos brutos de petróleo	362	9,9%
Sementes e frutos oleaginosos	331	9,1%
Gomas e resinas	131	3,6%
Legumes de vagem, secos, em grão	79	2,2%
Rutabagas, beterrabas, raízes, feno, alfafa e produtos forrageiros semelhantes	77	2,1%
Açúcar em bruto	59	1,6%
Óleos refinados de petróleo	57	1,6%
Animais vivos	44	1,2%
Subtotal	3.345	91,6%
Outros	305	8,4%
Total	3.650	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

O Sudão não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



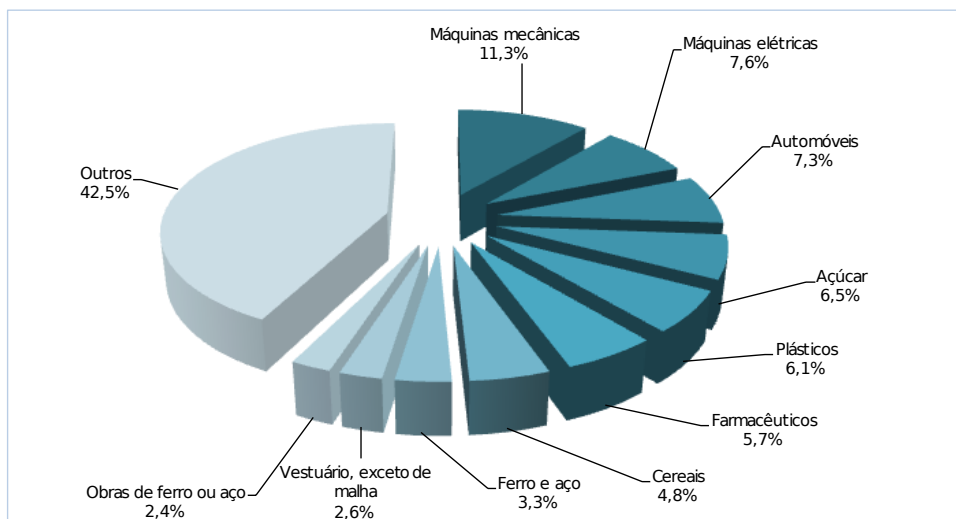
Composição das importações do Sudão (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas mecânicas	812	11,3%
Máquinas elétricas	551	7,6%
Automóveis	525	7,3%
Açúcar	466	6,5%
Plásticos	442	6,1%
Farmacêuticos	408	5,7%
Cereais	343	4,8%
Ferro e aço	238	3,3%
Vestuário, exceto de malha	184	2,6%
Obras de ferro ou aço	174	2,4%
Subtotal	4.145	57,5%
Outros	3.068	42,5%
Total	7.213	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

O Sudão não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Sudão

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,05%	3,75%	3,63%	3,59%	3,59%
PIB nominal (US\$ bilhões)	91,24	118,98	145,22	172,84	202,54
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.304	2.917	3.459	3.999	4.567
PIB PPP (US\$ bilhões)	176,97	186,80	197,34	208,78	220,82
PIB PPP "per capita" (US\$)	4.469	4.580	4.700	4.830	4.980
População (milhões habitantes)	39,60	40,78	41,99	43,22	44,35
Desemprego (%)	20,60%	19,60%	18,60%	17,60%	16,60%
Inflação (%) ⁽²⁾	30,47%	21,00%	17,00%	15,00%	14,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-5,62%	-1,95%	-1,97%	-1,56%	-1,41%
Dívida externa (US\$ bilhões)	52,71	56,05	57,94	59,83	61,50
Câmbio (SDG / US\$) ⁽²⁾	6,59	7,02	40,00	50,76	55,63

Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	39,6%
Indústria	2,6%
Serviços	57,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

